

## **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora<sup>1</sup>.**

Gaudêncio Frigotto<sup>2</sup>

### *Resumo:*

*No presente texto examinamos, num primeiro aspecto, a diferença entre o entendimento do trabalho como categoria específica do ser social - dimensão ontológica - das formas que assume o trabalho na escravidão, no servilismo e no trabalho como mercadoria, como força de trabalho - trabalho/emprego, trabalho assalariado no capitalismo. Esta distinção é fundamental para não confundirmos a crise do trabalho assalariado com a idéia do fim do trabalho. Com base neste primeiro aspecto, buscamos analisar o significado da crise do trabalho assalariado no contexto da nova sociabilidade do capital e da ideologia do neoliberalismo ou do mercado como deus absoluto das relações sociais. Concluimos sinalizando que a crise do trabalho assalariado assume uma dupla dimensão - de perigo, risco, violência, mas também de possibilidade e alternativa. Como nunca na história humana a alternativa que se impõe é de relações sociais socialistas.*

### *Palavras chave:*

*trabalho e educação; emprego; mercado*

Gaudêncio Frigotto  
Professor da Faculdade de  
Educação e do Programa de  
Pós-graduação em  
Educação da Universidade  
Federal Fluminense -UFF  
Doutor em Educação

Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terço dos seres humanos. As reformas neoliberais, cujo escopo é de liberar o capital à sua natureza violenta e destrutiva, abortam as imensas possibilidades do avanço científico de qualificar a vida humana em todas as suas dimensões, inclusive diminuído exponencialmente o tempo de trabalho necessário à reprodução da vida biológica e social e dilatando o tempo livre – tempo de liberdade, fruição, gozo. O resultado deste retorno ao livre mercado e ao capital sem regulamentação é um tempo que Forrester (1997) denominou horror econômico. Tempo de ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e de uma situação de permanente angústia e insegurança daqueles que, para sobreviver, têm apenas sua força de trabalho para vender.

Cinicamente, no plano ideológico, o ideário que se afirma de todas as formas, mormente mediante as poderosas redes de informação, é o de que estamos iniciando um novo tempo - o tempo da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva e de reengenharia – e do qual estamos defasados e devemos irreversivelmente nos ajustar. Trata-se, como assinalam Bourdieu e Wacquant (2000), da produção de uma nova vulgata em âmbito planetário.

No campo das relações de trabalho e formação humana, esta nova vulgata, sob os signos do neoliberalismo e pós-modernismo, assume aquilo que esses autores denominam “novlangue” (uma nova língua): fim do trabalho, não centralidade do trabalho, sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, empregabilidade, laborabilidade, pedagogia das competências, etc.

Neste breve texto, cujo propósito principal é de reiterar um embate contra as tendências acima assinaladas e seu credo ideológico, abordaremos, como primeiro aspecto a diferença entre o entendimento do que seja o trabalho na sua dimensão de construção do ser humano - dimensão ontológica - das formas que assume o trabalho, na escravidão, servilismo e de trabalho mercador força de trabalho - trabalho/emprego, trabalho assalariado no capitalismo. Com base nesse primeiro aspecto, buscaremos analisar o significado da crise do trabalho assalariado no contexto do neoliberalismo ou do mercado como deus absoluto das relações sociais. Crise esta que assume uma dupla dimensão - de perigo, risco, violência, mas também de possibilidade alternativa.

Por fim, é nessa travessia que podemos situar a ciência, a tecnologia, a educação em geral ou a educação profissional como instrumentos de ampliação e legitimação da exclusão ou mediações importantes sociais, culturais, econômicas e estéticas de emancipação humana. Na minha breve análise irei abordar estes três aspectos: resgate do **trabalho**, “**propriedade**” e **tecnologia** nas suas dimensões de criação da vida humana - o sentido da crise do trabalho assalariado e o papel da **educação profissional** neste contexto.

## 1 O Trabalho como fundamento criador da vida humana

Todos e cada um dos seres humanos que existiram até hoje se expressam fundamentalmente por uma tripla dimensão: são uma individualidade (Maria, José, João, Antônio); são seres da natureza (animal) - dependem de ar, água, **contida**, ferro, cálcio, vitaminas, sais etc. e, produzem as especificidades desta sua individualidade e natureza em relação com os demais seres humanos. Ou seja, a individualidade que somos e a natureza que desenvolvemos (nutridos, subnutridos, abrigados, sem teto, sem terra etc.) estão subordinadas ou resultam de determinadas relações sociais que os seres humanos assumem historicamente (GRAMSCI, 1978)

Diferente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela **ação consciente do trabalho** sua própria existência (LUKÁCS, 1978). É a partir dessa elementar constatação que Marx destaca uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, desse aspecto, como princípio educativo:

*O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade- é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982p.50).*

Nessa concepção de trabalho também está implícito o conceito ontológico de propriedade - intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana. Propriedade, no seu sentido

ontológico, é o direito do ser humano, em relação e acordo solidário com os demais seres humanos, de apropriar-se da (o que implica, também, transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia) da natureza e dos bens que produz, para produzir e reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica, mas não só, também, cultural, social, simbólica e afetiva.

Nesse sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado à resposta das necessidades imperativas do ser humano enquanto um ser histórico-natural. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas que o ser humano pode fruir do trabalho propriamente humano - criativo e livre.

É nesse contexto que podemos perceber a relevância da ciência e da tecnologia, quando tomadas como valores de uso, na tarefa de melhoria de condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre. Nessa perspectiva constituem extensões dos sentidos e membros dos seres humanos. Desde o *tear, máquina de escrever, energia elétrica até as máquinas informatizadas da era da eletrônica*, a ciência e a tecnologia podem constituir-se em meios fantásticos de melhoria da vida humana. Sob as relações sociais capitalistas, veremos abaixo, constituem-se, para a maioria, em uma força mutiladora: super exploração do trabalho e geradoras de desemprego.

A segunda dimensão da centralidade - o princípio educativo de trabalho - deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos.

A história nos mostra, como nos lembra Marx, que os seres humanos vivem a pré-história das sociedades de classe, nas quais um grupo ou classe dominante escraviza ou aliena os demais grupos ou classes. Uma história onde o homem está cindido. Paulo Nosella, com base em Marx e

em Gramsci (1997) nos faz um retrospecto de como o trabalho humano transitou do **trampolim** das sociedades escravocratas e servis ao **labor** da sociedade capitalista e assinala o trabalho como poíesis - trabalho dominantemente livre e criativo, como utopia da sociedade socialista.

Nos últimos três séculos o trabalho esteve regulado pelas relações sociais capitalistas. Trata-se de um modo de produção social da existência humana que foi se estruturando, desde o século XI, em contraposição ao modo de produção feudal, e que se caracteriza pela emergência da acumulação de capital e, em seguida, mediante esta acumulação, pelo surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para constituir-se, todavia, necessitava da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor de trabalhadores duplamente livres: não proprietários de meios e instrumentos de produção e também não propriedade de senhores ou donos. Essas duas prerrogativas os tomava em proletários que necessitariam imperativamente vender seu tempo de trabalho.

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários - trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso, resposta a necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental se transforma em valor de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais capital. A distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais.

## 2 Crise do capital e do trabalho assalariado.

Inúmeras são as obras que nos mostram as crises cíclicas do capital e o preço em termos de degradação do trabalho assalariado. Também é grande a literatura que nos mostra as lutas da classe trabalhadora. Não cabe aqui trazer essa longa história feita de revoluções, guerras, revoltas etc. Dois trabalhos elucidam bem este percurso. O primeiro, de Eric Hobsbawm (1995), *A era dos extremos - O curto século XX*; e o segundo, de Giovanni Arrighi (1996), *O longo século XX*.

Foi a partir da primeira Guerra Mundial, dentro daquilo que a literatura denomina fordismo e, mais tarde, as políticas Keynesiana de planificação que se estatui a preocupação da constituição de uma sociedade que integra os trabalhadores, como estratégia até de controlá-los, mas também como resultado das lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos. Resulta disso a desmercantilização da reprodução da força -de-trabalho e a constituição de uma esfera pública burguesa. Com efeito, mesmo com profundas desigualdades e níveis diversos entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, a educação, a saúde, o transporte, o lazer e cultura, a previdência social e o salário desemprego (em algumas poucas nações) passaram a se constituir em direitos sociais dos trabalhadores. Mediante as lutas dos próprios trabalhadores, o direito ao trabalho e à estabilidade no mesmo também foram se ampliando.

Assim, a sociedade salarial, como compreende Castel (1997), é aquela em que a maioria, mediante seu emprego, tem sua inserção social relacionada ao local que ocupa na escala salarial. O trabalhador certamente não se torna um proprietário com patrimônio, um capitalista, mas tem garantias de poder prever seu futuro e assegurá-lo dentro de padrões minimamente aceitáveis em termos humanos. O trabalho não vai se ligar apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito.

Um capitalismo que regula o mercado e o capital não deixa de ser capitalismo e, portanto, não supera a existência das classes sociais e, portanto, da desigualdade social. Mas, na medida em que o emprego é encarado como um direito de integrar-se ao consumo, à vida e ao futuro, firma-se a idéia de que se o mercado privado não oferece emprego, o Estado tem a obrigação de fazê-lo. Tal conquista, nos países centrais, permitiu não só que o futuro fosse mais previsível, mas afirmou a expectativa de um futuro melhor para os filhos da classe trabalhadora. É ainda o historiador Hobsbawm (1992) que mostra que as conquistas da classe trabalhadora européia não foram pequenas no período dos anos 1950 aos anos 1980. Cabe enfatizar, todavia, como ele mesmo reconhece no livro *A era dos extremos*, que esta não foi a realidade dos países periféricos, como o Brasil. Aqui conhecemos essas conquistas marginalmente.

É esse edifício que desmorona neste final de século, e com ele surge um tempo de insegurança ou ameaça do desemprego estrutural ascendente e de precarização do emprego. Produz-se, nos assalariados, particularmente nos precarizados e desempregados, um sentimento que

o psicólogo Frankel (1944) diz ser similar ao dos tuberculosos e dos prisioneiros dos campos de concentração - *de uma existência provisória sem prazo*. O custo humano do desmonte segue sendo assimétrico, embora atinja escala mundial.

O conjunto de determinações que levam à crise a sociedade salarial é complexo para se dar conta neste espaço. Todavia, é possível, até onde nosso olhar alcança, traçar sua gênese e determinações fundamentais.

A determinação mais profunda radica-se na própria essência do capital - acumular, concentrar, centralizar e, como conseqüência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho. Os anos de ouro do capitalismo, paradoxalmente, se deram, pela capacidade de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital, mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados ou mundialização do capital especulativo financeiro, que instauram uma verdadeira desordem mundial e produzem uma sociedade “**20 por 80**”, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulação. Já nos anos 1940-1950, o capital burla as fronteiras dos Estados-Nação mediante a instalação das multinacionais. Trata-se de empresas filiais das matrizes dos centros hegemônicos do capital que se ramificam no mundo, buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria-prima lhes são vantajosas. Em seguida, anos 1960-1980, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transacionais. Trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder. A globalização ou mundialização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder das sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital<sup>3</sup>.

O resultado desse processo é uma falência dos estados nacionais mediante a perda da capacidade de suas moedas - crise fiscal e crescente delapidação do fundo público para honrar ganhos do capital especulativo. As reformas do Estado, sob a tríade desregulamentação/flexibilização, autonomia/descentralização e a privatização, são, em verdade, políticas oficiais de desmonte da sociedade-salarial e da limitada estratégia de unia sociedade integradora.

No plano da esfera, presenciamos um crescente monopólio da ciência e da tecnologia. Isto permite ao setor produtivo ter crescimento com incremento de capital morto e diminuição do capital vivo - força de traba-

lho. Isso significa que a retomada do desenvolvimento, dentro de um mercado auto-regulado, vai dar-se ou pode dar-se sem efetivo acréscimo de emprego. Mas o fenômeno mais destrutivo é a hegemonia do capital volátil, especulativo, que, em poucos meses, desorganiza nações aniquilando suas moedas. A recente desvalorização do real (em janeiro-fevereiro de 1999) é um exemplo e, segundo o Banco Mundial, tal fato implica aumento da miséria. Assim, o Banco Mundial avalia que em dois meses - janeiro e fevereiro de 1999 - 10 milhões de brasileiros regrediram ao estado de miséria absoluta. Dados do IBGE do ano de 2000 revelam que, aproximadamente, 44 milhões de brasileiros situam-se no nível da miséria absoluta. Isso significa, em termos de indicadores internacionais, que essas pessoas dispõem de uma renda de apenas dois dólares por dia para sobreviverem.

Qual é o futuro da sociedade salarial ou do trabalho assalariado dentro do quadro exposto? Esta, também, não é uma pergunta de resposta fácil. Os indicadores do presente, todavia, são inequívocos. O desemprego é o problema social e político fundamental neste final de século. Para Robert Castel, o cenário visível é bastante preocupante. As políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto, isto é, ciência e tecnologia, informação como forças de produção, acabam desenhando uma realidade onde encontramos:

- **Desestabilização dos trabalhadores estáveis.** Essa desestabilização dá-se pela intensidade na exploração e pela permanente ameaça da perda de emprego.

- **Instalação da precariedade do emprego.** Mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização, etc.

- **Aumento crescente dos sobrantes.** Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção.

Em termos gerais a realidade se apresenta com estatísticas alarmantes: um bilhão e duzentos mil desempregados pelo mundo; taxas de desemprego que variam de 10% a 22% na Europa. A situação é amenizada pela existência de uma sociedade civil forte e de uma tradição histórica que garante, mediante o fundo social, a não proliferação da indigência.

Boaventura Santos avalia os efeitos das políticas neoliberais como instauradoras do “fascismo social” que se explicita por seis formas fundamentais: o fascismo do *apartheid* social, do Estado paralelo, fascismo

paraestatal, o fascismo contratual, o fascismo da insegurança e, finalmente, o fascismo financeiro.

Todas essas formas de fascismo representam quebra do contrato social que se fundava, em relação ao trabalhador, no emprego e a um conjunto de garantias e direitos. O neoliberalismo rompe e sepulta essas garantias e direitos. “O projeto neoliberal de transformar o contrato de trabalho num contrato de direito civil como qualquer outro configura uma situação de fascismo contratual. Esta forma de fascismo ocorre hoje freqüentemente na situação de privatização dos serviços públicos, da saúde, segurança social, da eletricidade etc” (SANTOS, 1999, p. 33).

A fragilização do trabalhador é reforçada pelo fascismo da insegurança. Este, como nos mostra Boaventura Santos, se manifesta em “grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho que manifestam elevados níveis de ansiedade e insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, de modo a obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança” (*Ibid.* p. 54-55).

O fascismo contratual e da insegurança configuram um quadro onde, para Boaventura Santos, prosperam a venda de “ilusões de segurança” mediante planos privados de seguros-saúde e fundos de pensão privados. Certamente, na mesma linha podemos perceber ansiedade dos trabalhadores adultos e dos jovens, mesmo de classe média, para se agarrarem em diferentes cursinhos que lhes prometam “empregabilidade”.

### 3 Os projetos societários e educativos em disputa: caminhando no fio da navalha.

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação. É disso que estamos tratando ao afirmarmos a continuidade da luta histórica da classe trabalhadora.

O desafio é, pois, o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. - aceito de forma subordinada pelo atual governo federal, do projeto

que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

No projeto do governo federal, a organização e conteúdo básico explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um **cidadão mínimo**, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração.

Explicita-se, aqui, a subordinação ao ideário do Banco Mundial para os países semiperiféricos ou periféricos do capitalismo Arriglué, (1998), que situa a educação para esses países como estratégia de alívio da pobreza e filantropia social.

A estratégia de filantropia e alívio da pobreza fica patenteada pela fixação de menos de 300 dólares como custo médio aluno, não pelo propalado programa de governo sustentado pelo FUNDEF. Há poucos dias, o governo federal, numa megaformatura de 188 mil alunos do Telecurso 2000, gerido pela Fundação Roberto Marinho, evidenciava-se que como grande feito que esses alunos custaram menos do que previsto no FUNDEF, apenas 325 reais ano. O relatório - **Futuro em Risco** - patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (1998), indica, por exemplo, que o custo médio aluno/ano do ensino fundamental ou básico é de US\$ 4.170 nos EUA, e se a América Latina não fizer este investimento terá seu futuro em risco.

Em relação à orientação pedagógica, o Banco Mundial tem-se constituído no intelectual coletivo por excelência tendo como eixo a adaptação e conformação do trabalhador, no plano psicofísico, intelectual e emocional, às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção. Nesse contexto, na realidade brasileira, a perspectiva político-pedagógica da Confedera-

ção Nacional das Indústria, mediante sua tríade SENAI, SESI e IEL passa a ser a referência fundamental. Com efeito, em sua tese de doutoramento, Rodrigues (1997) evidencia que desde sua criação a CNI sempre trabalhou ao nível simbólico e ideológico numa perspectiva teleológica apresentada como necessária e irreversível para evitar o pior ou o caos para a sociedade. Trata-se, como mostra o autor, de um mecanismo discursivo de recomposição da hegemonia industrial, em que sucessivos *telos* particulares, passam a ser apresentados como uma meta a ser perseguida pelo conjunto da sociedade. O autor identifica três momentos que se configuram no plano discursivo ideológico como telos constitutivos do discurso ideológico da burguesia industrial desde o final dos anos 30: *da nação industrializada, do país desenvolvido e da economia competitiva*. No plano do projeto pedagógico há um elemento constante - o da adequação funcional em termos de conhecimentos, atitudes, valores etc. e um elemento cambiante - o conteúdo e a ênfase à quantidade e qualidade de investimento em conhecimentos, atitudes, valores. Os dois primeiros “telos” nunca lograram se constituir hegemônicos na orientação pedagógica do sistema educacional. O *telos da competitividade* consegue, hoje, transformar-se na perspectiva pedagógica do governo em termos de educação básica e técnico-profissional.

No interior da pedagogia da competitividade, centrada nos conceitos de competências e habilidades, opera-se uma mudança profunda no papel econômico atribuído à escola e ao processo de formação técnico-profissional. Como nos indica Gentili (1998), no contexto da era de ouro do capitalismo, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, a atribuição da função econômica da escola assumiu uma clara perspectiva integradora. É nesse contexto, inclusive, que surge a economia da educação como campo disciplinar específico, cujo eixo central associa educação com o desenvolvimento econômico, o emprego, a mobilidade e a ascensão social. Num contexto de crise endêmica do desemprego estrutural, de uma nova (des)ordem mundial com a configuração da geografia humana em blocos econômicos com poder e realidades objetivas assimétricas e a conseqüente divisão de incluídos, precarizados e excluídos, desmonta-se a promessa integradora, e a função econômica atribuída à escola passa a ser a empregabilidade ou a formação para o desemprego.

No plano ideológico, desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano do individual. Já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não,

requeríveis. Para os não empregáveis resta-lhe um tempo infundo de procura por um emprego, um tempo, como caracterizou Viktor Frankel de *existência provisória sem prazo*. Trata-se, como mostra Neves (2000), da educação profissional adequada à nova divisão do trabalho.

Por onde passa uma concepção de Educação Profissional centrada numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora e que se contraponha ao projeto dominante sustentado pelas forças conservadoras que governam hoje o Brasil? Daquilo que recolhemos em diferentes debates destacá-riamos cinco aspectos que julgamos centrais que caracterizam um projeto de Educação Profissional centrado numa perspectiva emancipadora.

a) No plano societário parece-nos que há um embate permanente que vem sendo sustentado na construção contra-hegemônica que se situa no terreno ético-político. Trata-se de um movimento de crítica ao projeto societário dominante centrado na lógica do mercado e a afirmação dos valores centrados na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade entre os seres humanos. Nesse sentido, reafirma-se a idéia simples e, ao mesmo tempo de força humana extraordinária, assinalada há mais de 150 anos no Manifesto Comunista de 1848, de que *tudo o que é sólido se desmancha no ar* e que, portanto, a hegemonia da “burguesia vanguarda do atraso e atraso da vanguarda (Oliveira, 1998) vigente no Brasil não será eterna. Como nos sugerem César Benjamin e Luiz Antônio Elias (2000), em entrevistas com pensadores brasileiros que se contrapõem ao projeto neoliberal assumido hoje no Brasil, existe uma opção alternativa pautada pela solidariedade e igualdade entre os seres humanos.

b) No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na idéia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”. Afirmar a idéia de que essa educação por ser básica e de qualidade social, é a que engendra o sentido da emancipação humana e a melhor preparação técnica para o mundo da produção no atual patamar científico tecnológico.

c) Afirmar, também, de modo cada vez mais claro, de que no patamar histórico que nos encontramos, há ainda espaço e uma especificidade

da formação técnico-profissional articulada a um projeto de desenvolvimento “sustentável”, porém nunca separada da educação básica e da dimensão ético-política da formação de sujeitos autônomos e construtores de processos sociais radicalmente democráticos, solidários e equalitários. Trata-se de uma perspectiva muito diversa da do governo federal que cria, mediante a nova LDB, dois sistemas educativos. Um regular - fundamental, médio ( educação básica) e superior - e outro sistema ( não regular, por dedução) que é da educação profissional dividido em “básico, técnico e tecnológico”. Embora seja exigência de que a educação profissional de nível técnico seja pós nível médio ou concomitante, efetiva-se um dualismo que supõe que as dimensões técnicas, científicas, culturais e políticas sejam separáveis. Estudos como os de Sônia Regina Mendes sinalizam que essa perspectiva constitui uma alternativa imposta às classes populares, uma forma de obstruir sua ida à universidade e, por suas condições de vida, um caminho difícil, tanto o da concomitância quanto ao do pós-médio .

d) Tem-se, de outra parte, como premissa, que não se pode tomar a Educação Profissional como política focalizada nem de geração de emprego, nem como preventiva ao desemprego e estratégia para nos integrarmos ao mundo globalizado. As políticas de emprego, renda e de nossa inserção soberana no plano mundial, estão inscritas num projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico, onde o ser humano se constitui o centro e a medida e não o mercado ou o lucro. Esses, ao contrário, no mínimo, devem ser regulados por uma esfera pública (esfera dos direitos) e estarem num horizonte utópico de serem suplantados. As condições históricas no plano do avanço das forças produtivas (ciência e tecnologia, sobretudo), como nos indicam Mézáros (1995) e Jameson (2001), já mostram que o modo de produção capitalista é tardio. Vale dizer, um sistema que deveria ser suplantado, já que agora somente se constitui em força destrutiva.

e) Por fim, o horizonte de sociedade e de educação geral ou profissional demandam um processo que tem que articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas. Isso implica, lutar, no plano político, para um Estado que governe com as organizações da sociedade e para a sociedade e não em nome da sociedade, sem a sociedade e contra as maiorias.

Como nos indica Genro (1996, 2000), a partir da rica experiência de gestão pública com a sociedade na Prefeitura de Porto Alegre

*Trata-se de compartilhar uma nova concepção de reforma do Estado, a partir de uma nova relação Estado-Sociedade que abra o Estado a estas organizações sociais (e a participação do cidadão isolado), particularmente aquelas que são auto-organizadas pelos excluídos de todas as matizes, admitindo a tensão política como método decisório e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional sob pressão da sociedade organizada.*

A perspectiva fundamental, em todos os casos, é o controle democrático e, portanto, transparente, do fundo público e dos processos e conteúdos do projeto educativo da classe trabalhadora. É nesse particular que ganha relevância fundamental a **escola** que se criou na Prefeitura de Porto Alegre e agora no Estado - a **escola** do orçamento participativo. Trata-se de um processo que chama atenção à todas as forças sociais que no mundo inteiro querem que o “ser humano seja o parâmetro de todas as coisas” e não mercado ou capital. Essa é a razão fundamental que faz de Porto Alegre um símbolo emblemático e o lugar do Fórum Social Mundial dos que querem a ciência, a tecnologia, o trabalho como resposta às múltiplas necessidades de cada um dos seres humanos e não de minorias privilegiadas. Isso implica articularmos a luta pela educação básica (fundamental e média) e a Educação Profissional, às lutas e movimentos protagonizados pela classe trabalhadora. Vale dizer, pelo sindicalismo de classe representado, não sem imensas dificuldades, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os movimentos sociais – Movimento dos Sem-Terra (MST), das mulheres, dos negros, etc.

Na tarefa de construirmos uma alternativa societária, torna-se imperativo uma boa dose de utopia, pois sem esta não há educação, nem futuro humano. A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final, como imutável. É para isso que serve a utopia. A utopia é que nos ajuda a afirmar os princípios da igualdade, solidariedade e a generosidade humana.

## Notas

- 1 - Este texto se originou de uma conferência proferida num encontro de dirigentes das Escolas Técnicas do Estado do Rio Grande do Sul no contexto dos debates que visam, dentro da administração do Governo Popular, estabelecer um parâmetro de educação profissional que se contraponha à hegemonia dominante hoje no Brasil.
- 2 - Doutor em Educação. Professor titular em Economia Política da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Autor, organizador e participante de vários livros, dentre eles: Educação e crise do capitalismo real. (São Paulo, Cortez, 2ª edição, 1995). A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez, 4ª, 1994) e versão em espanhol pela editora Mão y Dávila, Madrid, 1998). Educação e crise do trabalho: Perspectiva de fim de século. (Org.). Rio de Janeiro, Vozes, 1998 ). Teoria e educação no labirinto do Capital (Org. com Ciavatta), Petrópolis –RJ, Vozes, 2001).
- 3 - A liberdade anárquica do capital especialmente na sua forma hegemônica - capital financeiro - longe de apresentar uma situação de saúde da sociedade capitalista, é sintoma de grave doença e crise. Como nos indica Oliveira (1998), uma literatura ousada mostra que a perda do controle do capital financeiro especulativo está pondo em risco um dos fundamentos basilares da sociedade capitalista: a propriedade privada. O especulador causa enormes estragos a inúmeras empresas e pessoas, porém dificilmente é, dentro do direito positivo atual, passível de ser levado a juízo por danos e perdas.

## Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BENJAMIN, C. ELIAS, L. A. *Brasil: crise e destino*. São Paulo: Expressão Popular, 2000. (Entrevistas com pensadores brasileiros).
- BID E INTER-AMERICAN DIALOGUE. Futuro em Risco. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10.04.1998.
- BOURDIEU, P Wacquant, L. A nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde diplomatique*, Paris, 1, n .4, ago.2000.

- SANTOS, B. Reinventando a democracia. Entre o pre-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Beller, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- CAST'EL, R. As armadilhas da exclusão. In: \_\_\_\_ et al. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FORREST'er, V.. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GENRO, T. O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GENTILI, P. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- JAMESON. F. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: [s.n], 1978.
- HOBBSAWM, E.. *A era dos extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- MENDES, S.R - Curso pós-médio, alternativa 'imposta' às classes populares. *Caderno do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22.abr.2001.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Beyond the capital*. New York: Monthly Review Press, 1995.
- MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar*. São Paulo: Globo, 1996.
- MARX, K. *O capital*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- NEVES, L.M. W. *Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação*. São Paulo: Xamã, 2000.
- NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G. (Org.). *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação trabalhador*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RODRIGUES, J. *O Moderno Príncipe Industrial*. O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

**Abstract:**

*This text deals, at first, with the differences between two possible ways of understanding the nature of labor: as a specific category of social being – the ontological approach – and the historical forms of labor, in slavery, in servitude, and in labor as merchandise, as labor force – work/employment, wage earning labor in capitalism. The paper argues that this distinction is basic in order not to mix up the crisis of wage earning labor and the outright end of labor itself. Based on this first aspect, the article analyzes the meaning of contemporary labor's crisis in the context of capital's new sociability and that of neo liberal ideology, which proposes the market as the absolute god for social relations. Finally, the paper points out that the crisis of wage earning labor is double faced – it is dangerous, risky, and violent but it opens also possibilities and alternatives. As never before in human history socialism shows itself as the most suitable alternative.*

**Keywords:**

Labor and Education; employment; Market

**Resumen:**

*En este texto analizamos, primero, la diferencia entre la comprensión de lo que sea el trabajo como categoría específica del ser social - dimensión ontológica – de las formas que asume el trabajo, en la esclavitud, servidumbre, y en el trabajo como mercancía, como fuerza productiva - trabajo/empleo, trabajo asalariado en el capitalismo. Esta distinción es fundamental para que no confundamos la crisis del trabajo asalariado, con la idea del fin del trabajo. Partiendo de este primer aspecto, buscaremos analizar el significado de la crisis del trabajo asalariado en el contexto de la nueva sociabilidad del capital y de la ideología del neoliberalismo o del mercado como dios absoluto de las relaciones sociales. Por fin, indicamos que la crisis del trabajo asalariado asume una doble dimensión - de peligro, riesgo, violencia, pero también de posibilidad y alternativa. Como nunca en la historia humana la alternativa que viene imponiéndose es la de relaciones sociales socialistas*

**Palabras claves:**

Trabajo y educación; empleo; mercado

Gaudêncio Frigotto  
Faculdade de Educação – UFF  
Campus do Gragoatá – Bloco D, sala 512  
Niterói – RJ – 24210-200  
frigotto@uol.com.br

Recebido em:10/01/2001  
Aprovado em:02/03/2001